



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

046. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR – GP

(OPÇÃO: 054)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** A respeito da supremacia constitucional, é correto afirmar que
- (A) todas as normas constitucionais são equivalentes em termos de hierarquia e dotadas de supremacia formal em relação às demais normas infraconstitucionais.
 - (B) para assegurar essa supremacia, basta um sistema jurídico escalonado, não sendo necessário um controle de constitucionalidade sobre as leis e os atos normativos.
 - (C) no Estado que adota uma Constituição do tipo flexível, existe supremacia formal da Constituição, porque há distinção entre os processos legislativos de elaboração das normas.
 - (D) a constituição não se coloca no vértice do sistema jurídico do país e os poderes estatais são legítimos independentemente de quem os estrutura.
 - (E) só há supremacia formal na Constituição costumeira quando for a regra da rigidez constitucional que esteja em vigor.
- 02.** A Constituição Federal poderá ser emendada
- (A) mediante proposta de menos da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
 - (B) mediante proposta do Vice-Presidente da República.
 - (C) na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio, mas não na vigência de intervenção federal.
 - (D) e a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
 - (E) mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- 03.** Nos termos da Constituição Federal, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão,
- (A) os serviços de transporte rodoviário estadual e interestadual de passageiros.
 - (B) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.
 - (C) o serviço postal e o correio aéreo nacional.
 - (D) a ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
 - (E) a produção e o comércio de material bélico.
- 04.** Ao tratar das medidas provisórias, a Constituição Federal estabelece que
- (A) a deliberação do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias não dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
 - (B) é permitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
 - (C) caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
 - (D) será prorrogado o período de vigência de medida provisória, que no prazo de noventa dias, contado da data da publicação, não tiver sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
 - (E) as medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- 05.** Ao tratar dos Direitos Sociais, a Constituição Federal determina que
- (A) nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de três representantes destes para, entre outras finalidades, promover o entendimento direto com os empregadores.
 - (B) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, bem como o registro no órgão competente, vedada ao poder público a interferência, e permitida a intervenção na organização sindical.
 - (C) não é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
 - (D) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
 - (E) não é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical.

06. Sobre a seguridade social, é correto afirmar que

- (A) seus objetivos são a garantia de padrão de qualidade e o piso salarial profissional nacional para os profissionais da área.
- (B) compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- (C) será financiada por toda a sociedade, de forma direta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- (E) tem por objetivo o caráter democrático e centralizado da Administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

07. A Constituição Federal dispõe sobre a Ordem Financeira e Econômica que

- (A) incumbe ao Poder Público, diretamente, a prestação de todos os serviços públicos.
- (B) cada ente federativo disporá sobre o transporte e a utilização de materiais radioativos nos seus territórios.
- (C) não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.
- (D) a autorização para pesquisa de recursos naturais será sempre por prazo indeterminado, e as autorizações e concessões poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, independentemente de qualquer autorização.
- (E) a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados não constituem monopólio da União.

08. É entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

- (A) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não causa nulidade, em nenhuma circunstância.
- (B) A inversão do ônus da prova não se aplica às ações de degradação ambiental.
- (C) O locatário possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado.
- (D) A ocupação indevida de bem público configura detenção, de natureza precária, sendo suscetível de retenção e/ou indenização por acessões e benfeitorias.
- (E) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.

09. É texto de Súmula do Supremo Tribunal Federal:

- (A) A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da Justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.
- (B) A extinção do mandato do prefeito impede a instauração de processo pela prática dos crimes previstos no art. 1º do DI. 201/67.
- (C) São da competência legislativa dos Estados a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.
- (D) Somente o Advogado-Geral da União tem legitimidade para propor ação direta interventiva por inconstitucionalidade de Lei Municipal.
- (E) Cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.

DIREITO ADMINISTRATIVO

10. Com relação à função pública e aos cargos públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A função pública tem cargos específicos, remunerados ou não, fixados em lei ou diploma a ela equivalente, entretanto, nem toda função pressupõe a existência do cargo.
- (B) O cargo público é a atividade em si mesma, ou seja, cargo é sinônimo de atribuição e corresponde às inúmeras tarefas que constituem o objeto dos serviços prestados pela Administração, ocupado por servidor público, tendo funções específicas e remuneradas fixadas em lei ou diploma a ela equivalente.
- (C) A função pública é a atividade em si mesma, entretanto, função não é sinônimo de atribuição e corresponde a tarefas certas e determinadas, que não constituem o objeto dos serviços prestados pelos servidores públicos.
- (D) Toda função tem um cargo, porque não se pode admitir um lugar na Administração que não tenha a predeterminação das tarefas do servidor, ressaltando-se que a função poderá ser ocupada por servidor público, com funções específicas, remuneradas ou não, fixadas em lei ou diploma a ela equivalente.
- (E) Cargo público é o lugar dentro da organização funcional da Administração Direta e de suas autarquias e fundações públicas que, ocupado por servidor público, tem funções específicas e remuneradas fixadas em lei ou diploma a ela equivalente.

11. Nos termos da Lei Federal nº 9.790/1999, é correto afirmar que
- (A) as sociedades comerciais são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que se dediquem de qualquer forma à promoção da assistência social.
 - (B) o Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.
 - (C) as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público poderão participar em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais.
 - (D) as instituições religiosas são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que se dediquem de qualquer forma à promoção da assistência social.
 - (E) a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, somente será perdida, mediante decisão proferida em processo judicial, de iniciativa popular, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.
12. É correto afirmar que provimento é o
- (A) ato administrativo que materializa a nomeação originária.
 - (B) fato administrativo pelo qual se efetua o preenchimento de uma função pública.
 - (C) fato administrativo pelo qual o servidor se vincula à função pública.
 - (D) fato administrativo que traduz o preenchimento de um cargo público.
 - (E) ato administrativo que materializa a nomeação derivada.
13. Nos termos da Lei nº 12.232/2010, é correto afirmar:
- (A) na contratação dos serviços de publicidade, facultase a adjudicação do objeto da licitação a mais de uma agência de propaganda, sem a segregação em itens ou contas publicitárias, mediante justificativa no processo de licitação.
 - (B) é facultado às agências contratadas manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.
 - (C) nas contratações de serviços de publicidade, não poderão ser incluídos como atividades complementares os serviços especializados pertinentes à produção técnica das peças e projetos publicitários criados.
 - (D) é obrigatória a concessão de planos de incentivo por veículo de divulgação e sua aceitação por agência de propaganda, e os frutos deles resultantes não poderão constituir receita própria da agência.
 - (E) poderão as agências de propaganda, excepcionalmente e em determinadas hipóteses, sobrepor os planos de incentivo aos interesses dos contratantes, preferindo veículos de divulgação que não os concedam.
14. Com relação à licitação na modalidade de pregão, prevista na Lei nº 10.520/2002, assinale a alternativa correta.
- (A) A modalidade de pregão deverá obrigatoriamente possuir duas fases, sendo que a fase externa será iniciada obrigatoriamente com a habilitação dos interessados e observará, entre outras regras, a apresentação de garantia de proposta.
 - (B) Nas hipóteses de alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação.
 - (C) Será facultado, nos termos de regulamentos próprios da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação.
 - (D) Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, não serão documentados no processo respectivo, com vistas a proporcionar maior celeridade na instrução, entretanto a Administração deverá manter registro digital da instrução processual.
 - (E) Nas hipóteses de alienações e concessões, assim como na aquisição de bens e serviços comuns, é vedada a utilização de recursos de tecnologia da informação, entretanto a Administração deverá manter registro físico e documental da instrução processual.
15. Com relação aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) O instrumento de contrato (lavrado na própria repartição, registrado e arquivado) é obrigatório, entre outros, no caso de tomada de preço.
 - (B) O contrato administrativo adquire eficácia com a sua assinatura.
 - (C) O instrumento de contrato (lavrado na própria repartição, registrado e arquivado) é facultativo, entre outros, no caso de concorrência.
 - (D) O contrato administrativo adquire eficácia com a sua homologação.
 - (E) O instrumento de contrato, mesmo nas compras de entrega imediata, não poderá ser substituído por qualquer outro.
16. Com relação à subconcessão prevista na Lei nº 8.987/95, é correto afirmar:
- (A) é integralmente vedada.
 - (B) nos termos previstos no contrato de concessão, é admitida apenas na hipótese de o poder concedente ser a União.
 - (C) é admitida, entretanto o subconcessionário não se subrogará nos direitos e obrigações da subconcedente.
 - (D) é vedada na hipótese de concessão de serviços públicos.
 - (E) nos termos previstos no contrato de concessão, é admitida desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

17. Com relação à desapropriação, assinale a alternativa que contenha corretamente uma Súmula do Supremo Tribunal Federal.
- (A) A declaração de utilidade pública para desapropriação do imóvel impede o licenciamento da obra e o valor desta será incluído na indenização.
 - (B) No processo de desapropriação, são devidos juros compensatórios desde a antecipada imissão de posse, ordenada pelo juiz, por motivo de urgência.
 - (C) Pela demora no pagamento do preço da desapropriação caberá indenização complementar além dos juros.
 - (D) Na indenização por desapropriação não se incluem honorários do advogado do expropriado.
 - (E) Não será necessária a prévia autorização do Presidente da República para desapropriação, pelos Estados, de empresa de energia elétrica.
18. É correto afirmar, nos termos
- (A) da Lei Federal nº 12.846/2013, que a responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
 - (B) do Decreto-Lei nº 201/1967, que a conduta de se utilizar, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos é considerada crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, sujeitando-o ao julgamento exclusivo da Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato.
 - (C) da Lei Complementar nº 101/2000, que na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres poderão ser inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
 - (D) da Lei Federal nº 12.527/2011, que o serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.
 - (E) da Lei Federal nº 8.429/1992, que a posse e o exercício de agente público não ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
19. De acordo com o teor de Súmula do STJ, a incidência do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana
- (A) condiciona-se ao requisito mínimo da existência de meio-fio, com canalização de águas pluviais, e abastecimento de água mantido pelo Poder Público.
 - (B) depende da existência de rede de iluminação pública e sistema de esgotos sanitários construídos e mantidos pelo Poder Público.
 - (C) não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados pelo Código Tributário Nacional para fins do referido imposto.
 - (D) depende da existência de pelo menos dois melhoramentos construídos e mantidos pelo Poder Público, tais como escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.
 - (E) condiciona-se à existência mínima de abastecimento de água e de sistema de esgotos sanitários, construídos e mantidos pelo Poder Público.
20. Assinale a assertiva que se encontra em consonância com Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal em matéria tributária.
- (A) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que não haja integral identidade entre uma base e outra.
 - (B) É constitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.
 - (C) O ICMS incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
 - (D) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
 - (E) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

- 21.** Acerca da interpretação e integração da legislação tributária, conforme disciplinadas no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que
- (A) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a equidade.
 - (B) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, e para definição dos respectivos efeitos tributários.
 - (C) a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se sempre da maneira mais favorável ao acusado.
 - (D) do emprego da analogia não poderá resultar exigência de tributo não previsto em lei, mas do emprego da equidade poderá resultar dispensa do pagamento de tributo devido.
 - (E) interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção ou dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- 22.** Na repartição das receitas tributárias, do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, pertencem aos Municípios o percentual de
- (A) 27,5%.
 - (B) 25%.
 - (C) 22,5%.
 - (D) 21,5%.
 - (E) 20%.
- 23.** O imposto de competência da União que, nas condições previstas constitucionalmente, os Municípios podem optar por fiscalizar e cobrar é o que incide sobre
- (A) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
 - (B) renda e proventos de qualquer natureza.
 - (C) produtos industrializados.
 - (D) propriedade territorial rural.
 - (E) grandes fortunas.
- 24.** No que respeita às disposições da Lei nº 12.153/2009, é correto afirmar que
- (A) haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive para interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
 - (B) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, na qualidade de autores ou réus.
 - (C) para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 15 dias antes da audiência.
 - (D) as execuções fiscais não estão incluídas na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.
 - (E) nas causas sujeitas ao Juizado Especial da Fazenda Pública, nas quais a Fazenda Pública seja parte vencida, haverá reexame necessário.
- 25.** O Código Tributário Nacional elenca as causas que suspendem a exigibilidade do crédito tributário, dentre as quais a
- (A) prescrição.
 - (B) moratória.
 - (C) remissão.
 - (D) anistia.
 - (E) transação.
- 26.** Determina a lei que rege a medida cautelar fiscal que o seu procedimento poderá ser instaurado após a constituição do crédito, inclusive no curso da execução judicial da Dívida Ativa dos entes tributantes e respectivas autarquias. Contudo, o requerimento da medida cautelar independe da prévia constituição do crédito tributário quando o devedor
- (A) aliena bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei.
 - (B) possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem trinta por cento do seu patrimônio conhecido.
 - (C) sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado.
 - (D) tem sua inscrição no cadastro de contribuintes declarada inapta, pelo órgão fazendário.
 - (E) tendo domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando a elidir o adimplemento da obrigação.

- 27.** Determina a Constituição Federal que os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. Acerca do tema, é correto afirmar:
- (A) os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
 - (B) caberá ao Tribunal de Contas examinar e emitir parecer sobre referidos projetos e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.
 - (C) as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que 1/3 (um terço) desse percentual será destinado a ações e serviços públicos de saúde.
 - (D) as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos educacionais.
 - (E) os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista, conforme a disposição constitucional, até o limite de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.
- 28.** Segundo as disposições da Lei Complementar nº 101/00, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, entende-se por
- (A) fundo assistencial.
 - (B) fundo especial para a saúde.
 - (C) transferência voluntária.
 - (D) subvenção econômica.
 - (E) auxílio institucional.
- 29.** A Lei nº 4.320/64 determina que a lei do orçamento não poderá consignar dotações globais para atender despesas genéricas, devendo discriminar a despesa, no mínimo, por elementos. Referida determinação tem por fundamento o princípio orçamentário da
- (A) uniformidade.
 - (B) universalidade.
 - (C) não afetação.
 - (D) exclusividade.
 - (E) especialização.
- 30.** Nos termos do que dispõe a Constituição Federal acerca dos orçamentos, poderá ser admitida a
- (A) realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
 - (B) transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa.
 - (C) utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais dos empregadores sobre a folha de salários e dos trabalhadores e demais segurados, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social.
 - (D) utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
 - (E) transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- 31.** O período em que se desenvolvem as atividades relacionadas ao orçamento é comumente conhecido como ciclo orçamentário e se compõe, sequencialmente, das seguintes fases: elaboração,
- (A) apreciação legislativa, execução, avaliação e controle.
 - (B) votação e aprovação, execução, controle e avaliação.
 - (C) execução, apreciação legislativa, avaliação e controle.
 - (D) apreciação legislativa, avaliação, controle e execução.
 - (E) votação e aprovação, controle, execução e avaliação.
- 32.** De acordo com o disposto na Lei nº 4.320/64, as dotações para despesas às quais não corresponda contra-prestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado, classificam-se como
- (A) inversões financeiras.
 - (B) investimentos.
 - (C) despesas de custeio.
 - (D) transferências correntes.
 - (E) subsídio.

33. Sobre o exercício da servidão, assinale a alternativa correta.

- (A) O dono do prédio serviente poderá embaraçar, se o caso, o exercício da servidão.
- (B) A servidão não pode ser removida, de um local para outro, pelo dono do prédio serviente.
- (C) Constituída para certo fim, a servidão não se pode ampliar a outro.
- (D) Se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas custeadas pelo maior.
- (E) As servidões prediais são divisíveis sempre e subsistem no caso de divisão dos imóveis.

34. João da Silva deixou joias em um banco como garantia de contrato de penhor, tendo estas sido roubadas. João não cumpriu com sua obrigação contratual, deixando de pagar o empréstimo. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta.

- (A) O perecimento por completo da coisa empenhada induz à extinção da obrigação principal.
- (B) Nas dívidas garantidas por penhor, o perecimento do bem, desnatura e impossibilita o cumprimento da obrigação.
- (C) O contrato de penhor perdeu a eficácia e não há que se falar em substituição da garantia.
- (D) O credor deve ser constrangido a devolver a coisa empenhada, ou uma parte dela, antes de ser integralmente pago.
- (E) O credor pignoratício deve pagar ao proprietário o valor das joias, descontando-se o valor do contrato de penhor.

35. Sobre as condições gerais dos contratos, indique a alternativa correta.

- (A) Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (B) O estipulante pode reservar-se o direito de substituir o terceiro designado no contrato, independentemente da sua anuência e da do outro contratante.
- (C) O contrato preliminar, e também quanto à forma, não necessita conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- (D) As cláusulas resolutivas expressa e tácita operam de pleno direito, independentemente de interpelação judicial.
- (E) Pode o adquirente demandar pela evicção, mesmo sabendo que a coisa era alheia ou litigiosa.

36. O negócio jurídico se dá por meio de forma livre ou especial. A forma especial se subdivide em complexa, escritura pública e instrumento particular. Havendo um negócio jurídico livre, que exige forma solene, este se prova substancialmente por

- (A) confissão.
- (B) documento.
- (C) testemunha.
- (D) presunção.
- (E) perícia.

37. Não terá direito à repetição aquele que deu alguma coisa para obter fim ilícito, imoral, ou proibido por lei. Neste caso, o que se deu

- (A) reverterá em favor de estabelecimento local de beneficência, a critério do juiz.
- (B) terá que ser restituído com a atualização dos valores monetários a quem for devido.
- (C) se a coisa não mais subsistir, se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido a quem de direito.
- (D) será restituído em dobro, com atualização monetária e juros de mora, se o caso.
- (E) não caberá a ninguém a restituição por enriquecimento, se a lei permitir outro meio.

38. Ocorrendo manifestações contra o aumento do valor da passagem de ônibus, grupo identificado danifica o prédio da prefeitura, quebrando seus vidros e um portal histórico e tombado por seu valor artístico. Diante desses fatos, é possível dizer que os responsáveis poderão responder por dano

- (A) estético e moral.
- (B) material e estético.
- (C) coletivo e moral.
- (D) material e social.
- (E) cultural e moral coletivo.

39. Quanto ao direito de renunciar à prescrição, indique a alternativa correta.

- (A) Qualquer postura do devedor pode levar a ser considerada como uma renúncia tácita.
- (B) A postura irrefutável, explícita do credor é passível de ser acatada como renúncia tácita.
- (C) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, assim como os de renúncia.
- (D) Tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- (E) A renúncia tácita não é reconhecida pelo ordenamento brasileiro, mas apenas para decadência.

40. José da Silva morreu em Valinhos, mas era domiciliado em Londres, Inglaterra. Deixou 10 imóveis na Inglaterra e uma propriedade rural em Valinhos, assim como dois filhos morando no Brasil e um em Portugal.

É competente para regular a sucessão dos bens que José deixou:

- (A) a lei do domicílio de cada herdeiro.
- (B) a lei da Inglaterra, qualquer que seja a situação dos bens.
- (C) a lei brasileira.
- (D) a lei que os herdeiros escolherem.
- (E) se houver testamento, a lei do país onde se lavrou.

41. Uma empresa de transporte aéreo teve problemas em uma de suas aeronaves e, por esse motivo, deslocou seus passageiros utilizando-se da locação de um ônibus, com uma alteração substancial e unilateral do contrato de transporte. No trajeto terrestre, os passageiros foram roubados e ameaçados com armas de fogo.

A título de responsabilidade civil, o contrato de transporte previsto no Código Civil e o tipo de transporte escolhido pelos passageiros, é correto dizer que

- (A) não há indenização, pela existência de cláusula excludente.
- (B) não há indenização, pela excludente de caso fortuito externo.
- (C) há responsabilidade apenas da empresa de transporte rodoviário.
- (D) há responsabilidade apenas da empresa de transporte aéreo.
- (E) há responsabilidade concorrente entre as duas transportadoras.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

42. A representação judicial do Estado goza de prerrogativas processuais que objetivam proteger o patrimônio público. A respeito do tema, é correto afirmar:

- (A) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias, fundações e empresas públicas gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- (B) a intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou publicação no Diário de Justiça eletrônico.
- (C) o reexame necessário é condição de eficácia da sentença proferida contra a Fazenda Pública Municipal de Valinhos se a condenação for inferior a 100 (cem) salários-mínimos.
- (D) não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelece, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- (E) a Fazenda Pública goza de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

43. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será,

- (A) na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação.
- (B) na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente a um dos pedidos.
- (C) na ação em que houver pedido subsidiário, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles.
- (D) na ação em que os pedidos são alternativos, o valor do pedido principal.
- (E) na ação indenizatória, salvo se fundada em dano moral, o valor pretendido.

44. A tutela antecipada requerida em caráter antecedente é prevista para os casos em que a urgência é contemporânea ao ajuizamento da demanda. Seus efeitos podem ser estabilizados, novidade disposta no Código de Processo Civil como técnica destinada à rápida produção de resultados.

A respeito do assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela torna-se estável se a parte prejudicada não recorrer no prazo de dois anos contados da decisão concessiva.
- (B) A ação rescisória é o instrumento correto para reforma, revisão e anulação da tutela estabilizada.
- (C) A decisão que concede a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, após a estabilização, faz coisa julgada.
- (D) Qualquer das partes poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada.
- (E) No caso de estabilização, o processo será suspenso pelo prazo de dois anos e, depois, extinto.

45. A respeito da resposta do réu, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento.
- (B) Somente se houver alegação de incompetência absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu.
- (C) A incompetência relativa deve ser alegada em peça autônoma.
- (D) A impugnação ao benefício da gratuidade de justiça será processado em autos apartados.
- (E) A reconvenção não pode ser proposta contra o terceiro.

46. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação. A respeito do tema, é correto afirmar:
- (A) as partes poderão arguir o impedimento ou a suspensão do perito dentro de 10 (dez) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito.
 - (B) somente o juiz pode escolher o perito, cabendo às partes a indicação de assistentes técnicos.
 - (C) a perícia pode ser substituída pela inquirição de um especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa, quando este for de menor complexidade.
 - (D) quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida, o juiz determinará a realização de nova perícia, que substituirá integralmente a primeira.
 - (E) os peritos e assistentes técnicos estão sujeitos a impedimento ou suspeição.
47. A ação rescisória é uma demanda autônoma que tem por objetivo desconstituir uma decisão judicial e, no comum dos casos, também a realização de um novo julgamento. Com relação ao instituto, é correto afirmar que a decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando
- (A) for proferida por juiz suspeito ou por juízo absolutamente incompetente.
 - (B) for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou administrativo.
 - (C) houver injustiça na decisão proferida.
 - (D) obtiver o autor, antes ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.
 - (E) for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.
48. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, é correto afirmar:
- (A) não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, o débito será acrescido de multa de dez por cento.
 - (B) havendo pluralidade de exequentes, cada um deverá apresentar o seu próprio demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
 - (C) o prazo para impugnar a execução é de 15 (quinze) dias contados da intimação de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico.
 - (D) na impugnação, poderá ser arguida qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, desde que anterior ao trânsito em julgado da sentença.
 - (E) o pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 2 (dois) meses, contados do trânsito em julgado da decisão que julgar a impugnação à execução.
49. As causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios podem ser conciliadas e julgadas nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. A respeito destes órgãos da Justiça comum e do procedimento previsto na Lei Federal nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, é correto afirmar que
- (A) estão incluídos em sua competência as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
 - (B) podem ser autores qualquer pessoa física ou jurídica.
 - (C) no foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
 - (D) os prazos para a prática de qualquer ato processual pela Fazenda Pública são contados em dobro.
 - (E) as obrigações definidas como de pequeno valor deverão ser pagas no prazo máximo de 15 dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa.
50. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- Com relação ao procedimento do Mandado de Segurança individual e coletivo, assinale a alternativa correta.
- (A) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo de 120 dias para sua propositura.
 - (B) É possível contra decisão judicial transitada em julgado.
 - (C) O ingresso de litisconsorte ativo será admitido até o despacho de saneamento do processo.
 - (D) O mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais.
 - (E) Estende-se à autoridade coatora o direito de recorrer.

- 51.** Foram apresentadas três situações ao procurador do município: (i) a construção de uma empresa de rejeitos de minério de ferro ao lado de um rio que tem nascente no Município, em área considerada de proteção ambiental; (ii) a contaminação com o vírus da AIDS de vários pacientes do hospital municipal da cidade que receberam transfusão de sangue; (iii) o aumento de determinado tributo municipal em que se questiona o suposto confisco.

Diante dessas situações hipotéticas, dentro da classificação dos direitos transindividuais, o procurador conclui que

- (A) todos os casos são classificados como direitos difusos.
 - (B) a hipótese (i) se refere a direito difuso e os itens (ii) e (iii) referem-se a direitos individuais homogêneos.
 - (C) o item (i) é classificado como direito coletivo em sentido estrito, o item (ii) como individual homogêneo e o (iii) difuso.
 - (D) o item (i) é classificado como difuso, o item (ii) como individual homogêneo e o (iii) direito coletivo em sentido estrito.
 - (E) todos os casos são classificados como individuais homogêneos.
- 52.** O termo de ajustamento de conduta está previsto no § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/85.

Sobre o tema, é correto afirmar que

- (A) os legitimados ativos das ações coletivas necessariamente precisam ter realizado tal compromisso antes de propor a demanda judicial, vez que se trata de condição para o ingresso dessas demandas coletivas.
- (B) por ter natureza jurídica de título judicial, para ter eficácia, há que ser homologado pelo juiz competente para análise da ação coletiva.
- (C) por ter natureza preventiva, em casos de demandas ambientais, não poderá ser firmado após a ocorrência do dano.
- (D) o objeto desses termos de ajustamento de conduta são apenas os interesses difusos, sendo que para os demais direitos de natureza transindividual, por sua indisponibilidade, não podem ser objeto de transação.
- (E) tal instrumento poderá ser proposto, em caso de dano ambiental, tanto pelo Ministério Público como por outros órgãos de defesa ao meio ambiente, como o IBAMA e as Secretarias Municipais de Meio Ambiente.

- 53.** É o conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. Esse é o conceito dado pela Lei nº 8.080/90 para

- (A) vigilância epidemiológica.
- (B) vigilância sanitária.
- (C) assistência terapêutica integral.
- (D) saúde do trabalhador.
- (E) avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde.

- 54.** Assinale a alternativa correta acerca do que prevê o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).

- (A) Denominam-se políticas públicas para integração racial os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.
- (B) Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.
- (C) Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, excluindo-se apenas as melhorias nas condições ambientais, garantindo-se porém obras de saneamento básico, de segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.
- (D) É obrigatório o ensino da capoeira nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos, para crianças de 04 a 07 anos de idade.
- (E) Os Poderes Executivos Estaduais elaborarão plano de promoção da igualdade racial contendo as metas, princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

- 55.** Nos termos da Lei nº 11.445/07, assinale a alternativa que corresponde à denominação do seguinte conceito:

“Constitui-se pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes”.

- (A) Esgotamento sanitário.
- (B) Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.
- (C) Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
- (D) Abastecimento de água potável.
- (E) Gestão associada.

56. A respeito da previsão legal dada pela Lei nº 12.651/12, sobre a Delimitação da Área de Reserva Legal, é certo afirmar que
- (A) os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto não estão sujeitos à constituição de Reserva Legal.
 - (B) será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.
 - (C) será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação de capacidade de rodovias e ferrovias.
 - (D) no parcelamento de imóveis rurais, a área de Reserva Legal não poderá ser agrupada em regime de condomínio entre os adquirentes.
 - (E) quando indicado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE estadual, realizado segundo metodologia unificada, o poder público federal poderá reduzir, exclusivamente para fins de regularização, mediante recomposição, regeneração ou compensação da Reserva Legal de imóveis com área rural consolidada, situados em área de floresta localizada na Amazônia Legal, para até 40% (quarenta por cento) da propriedade.
57. Assinale a alternativa que traz o conteúdo correto de uma das Súmulas do STJ que tratam sobre Direitos Metaindividuais.
- (A) É admitida a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.
 - (B) A inversão do ônus da prova não se aplica às ações de degradação ambiental.
 - (C) As obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.
 - (D) Quanto ao dano ambiental, não é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar, devendo ser requerida em ações separadas.
 - (E) O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos e coletivos, exceto aos individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público.
58. Quando a Câmara Municipal necessita deliberar sobre assuntos de sua economia interna, ou tratar de casos de sua competência privativa, segundo a Lei Orgânica do Município, deverá fazê-lo, respectivamente, mediante
- (A) Portaria – Decreto Legislativo.
 - (B) Resolução – Decreto Legislativo.
 - (C) Portaria – Resolução.
 - (D) Decreto Legislativo – Resolução.
 - (E) Decreto Legislativo – Portaria.
59. A Câmara Municipal de Valinhos deliberará pela maioria de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores, e salvo exceções contidas em sua Lei Orgânica, dependerá do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara as leis concernentes
- (A) ao Código Tributário do Município.
 - (B) ao Regimento Interno da Câmara.
 - (C) à alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos.
 - (D) à rejeição de veto.
 - (E) à rejeição do projeto de lei orçamentária.
60. Assinale a alternativa que está devidamente correta com o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Valinhos.
- (A) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas a qualquer momento, desde que apresentada as devidas justificativas pelo Presidente da Câmara Municipal, ainda que sejam incompatíveis com o plano plurianual.
 - (B) O Município não poderá dispensar às microempresas, às empresas de pequeno porte, aos micro e pequenos produtores rurais, tratamento diferenciado para incentivá-los ao seu crescimento, por meio de simplificação de obrigações administrativas ou creditícias.
 - (C) É vedada a participação em licitações e a obtenção de benefícios fiscais e créditos oficiais, às pessoas físicas ou jurídicas condenadas por atos de degradação ambiental em qualquer local do território nacional.
 - (D) O Município de Valinhos tem a competência de elaborar e atualizar, anualmente, um plano municipal de saúde, em termos de prioridade e estratégias municipais, devendo o mesmo ser discutido e aprovado pela Câmara dos Vereadores.
 - (E) A cessão de uso, a título gratuito, de próprios públicos municipais, para funcionamento de estabelecimento de ensino privado de qualquer natureza é permitida, com a competente autorização do Prefeito.

